



10/12/2014 - Teletime

## Esperando regulamentação, Anatel fará consulta pública sobre neutralidade de rede

Já com status de Lei 2.965/2014, o Marco Civil da Internet (MCI) ainda tem pendente a regulamentação via decreto presidencial das exceções à neutralidade de rede, ponto sensível do texto. A presidenta Dilma Rousseff deverá ouvir o Comitê Gestor da Internet (CGI.br) e a Anatel, mas, como destaca o conselheiro Marcelo Bechara, isso não significa acatar as entidades. Ainda assim, segundo ele afirmou nesta quarta, 10, durante painel no Seminário ABDTIC 2014, a agência deverá abrir o tema para debate em uma consulta pública – o prazo não foi divulgado.

Essa consulta deverá procurar maior definição para a neutralidade porque, segundo Bechara, o tema é tratado de forma conflitante no MCI, sobretudo no tocante ao tratamento de pacotes no art. 9º do texto. "Eu acho que o artigo é mal feito e coloca o conceito de isonomia duas ou três vezes com significados distintos", declara. "O que o artigo traz de importante não é a neutralidade, mas a quebra." Ele acredita que a visão mais clara sobre neutralidade só acontecerá a partir da regulamentação, mas que o conceito "nada mais é do que a ponte entre direito de acesso e o direito à informação".

O conselheiro também diz que, em seu entendimento da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), plataformas over-the-top (OTT) são serviços de valor adicionado (SVA) e, por isso, a Anatel regula essa camada no que diz respeito ao acesso às redes. "OTT para mim é SVA, não tenho dúvida nenhuma", afirma. Na visão dele, o Marco Civil trata de neutralidade de rede apenas com operadoras de telecomunicações, no direito à rede de acesso. "Sendo OTTs um SVA, isso está vinculado ao uso das redes de serviço de telecom, cabendo à agência regular os condicionamentos e a relação entre as duas", define. "Mas relação OTT com OTT não é com a gente", pontua.

Por isso, acordos de troca de tráfego, que ele sugere que poderiam ser efetuados utilizando o sistema de negociação de ofertas no atacado (SNOA) de forma não-obrigatória, não seriam danosos à neutralidade. "O SNOA poderia ser efetivamente o modelo a ser implantado para garantir isonomia do direito de acesso das OTTs às operadoras de telecom", explica. "Se estão dando acesso privilegiado a concorrente em relação à minha empresa, acho que é obrigação da Anatel, com a câmara de resolução de conflitos, fazer a mediação." Ele reconhece que a plataforma ainda tem problemas, mas que está sendo alterada no Plano Geral de Metas e Competição (PGMC) para ser aperfeiçoada. "Mais cedo ou mais tarde, ficará estável como a portabilidade."

### Móvel

Mesmo tendo essa opinião, Marcelo Bechara considera que o acesso gratuito (zero rate) promovido pelas operadoras em parceria com provedores OTT, como Facebook, Twitter e WhatsApp, não fere a neutralidade. "Se o tráfego que eu estiver acessando (a aplicação) não tiver nenhum tipo de priorização e que não faça agressão ao MCI, não tem problema. O que está fazendo é não cobrar essa capacidade dos 5 GB (de franquia), não computa. Indiretamente influencia? Não é a minha posição, acho que é livre mercado, livre negócio".

Bechara destaca que a iniciativa de promover o acesso gratuito, mesmo que limitado ao serviço escolhido pelo acordo com as operadoras, pode ajudar a promover a banda larga móvel em meio à dominância de acessos pré-pagos do mercado brasileiro. E ainda critica: "No caso da Internet, não tem nenhum excluído digital defendendo a discussão, é todo mundo amplamente conectado e heavy user. Temos que ouvir quem não está conectado"



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Para o presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Demi Getschko, o ideal seria separar a neutralidade das redes fixas e móveis. "São bichos diferentes, e no Marco Civil isso acabou não acontecendo", diz. Ele concorda com Bechara na questão da regulamentação de exceções, mas discorda na promoção de acesso gratuito como universalização. "Claro, (ter grande penetração dessa forma) é conexão, mas o ideal é ter fibra, eu não consigo usar um celular para a Internet de forma plena, então tem vários aspectos da questão", destaca.

### Atraso na regulamentação

O diretor regulatório da Net Serviços, Gilberto Sotto Mayor, defende a neutralidade como conceito, mas destaca que acordo de interconexão "é outra coisa, é uso de rede de terceiros e sempre existiu". Ele explica que não tem resposta ainda para o problema de haver contratos entre provedores mais abastados, como o Google, impedindo o potencial competitivo de players menores. "Não tenho resposta ainda, não sei dizer a priori, mas não sei se deveria se escrever em decreto e falar que (acordo de peering) é proibido", diz.

Sotto Mayor sugere que no processo de regulamentação haja participação "de quem banca a infraestrutura", e não apenas da Anatel e do CGI.br com a presidenta Dilma. "Tem que ser um processo que envolva todo mundo, e eu falo envolver de verdade. E quem estiver envolvido, que se façam essa pergunta ao final o dia: com essa regra, se o dinheiro fosse meu, eu investiria para colocar banda larga no Piauí? Se a resposta for não, não está correto", declara. Ele também critica duramente a ideia de que se crie uma terceira entidade para regular a Internet, porque isso só faria aumentar o custo regulatório, e diz que uma regulamentação que seja cheia de imposições sobre o que é proibido fazer também seria prejudicial.

Demi Getschko acredita que, mesmo com o atraso na regulamentação, o Marco Civil já é aplicável. "O grosso da lei continua valendo, diz que a neutralidade de rede está valendo", afirma. Mas lembra que ainda há insegurança com a falta de definição para as exceções. "Se alguém for acusado de não ter tido neutralidade ao se defender de um ataque de negação de serviço, aí sim ele estará desprotegido", reconhece.

10/12/2014 - Telesíntese

## Claro, Oi e Vivo estariam preparando lance de US\$ 15 bilhões pela TIM

Segundo agência Bloomberg, proporção do fatiamento daria à Oi 25% da concorrente, enquanto Claro e Vivo dividiriam o restante. Rumor fez as ações da TIM atingirem pico de 14%.

As operadoras Claro, Oi e Vivo estariam preparando uma oferta conjunta para adquirir a TIM da Telecom Italia por US\$ 15 bilhões. A informação teria sido passada à agência Bloomberg por uma fonte próxima ao tema, na tarde de hoje. O rumor fez as ações da TIM dispararem 14%, mas encerram o dia com valorização de 9,13%.

Segundo a publicação, a oferta seria apresentada pelo banco BTG Pactual, contratado pela Oi para

viabilizar a operação. No fatiamento, a Oi ficaria com 25% da TIM, enquanto o restante seria dividido igualmente entre Claro e Telefônica Vivo. No final de outubro, outra notícia semelhante, também citando uma fonte próxima ao tema, foi publicada na Folha de S.Paulo. Na ocasião, afirmava-se que o valor pago seria parecido, mas no fatiamento a Claro ficaria com a maior parte.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/12/2014 - Telesíntese

# Nextel vai investir US\$ 1 bilhão no Brasil em 2015

**A operadora espera que a Anatel mantenha a competição e que o mercado local comporte cinco empresas. Reitera o interesse pela faixa de 1,8 GHz de São Paulo.**

Alfonso de Orbegoso - VP de Jurídico e Assuntos regulatóriosA Nextel Brasil vai dobrar seus investimentos (Capex) no próximo ano, para US\$ 1 bilhão (R\$ 2,5 bilhões) e chegar com rede própria em mais 200 cidades (hoje ela cobre 500 localidades), informou Alfonso de Orbegoso, vice-presidente de Jurídico e Assuntos Regulatórios. Ele admite que, embora as operações latinas sejam independentes da NII Holding, matriz que entrou em concordata pelo Chapter 11 norte-americano, e conseguiu negociar a dívida com os principais acionistas, a melhoria da situação financeira da controladora dá mais fôlego para as operações da América Latina.

A operadora, que tem ainda 2,7 milhões de clientes de trunking, não pretende fazer uma migração forçada de seus usuários para as tecnologias 3G – onde conta com 1,5 milhões de assinantes ou 4G, com 140 mil usuários no Rio de Janeiro. “ Não há planos para migrar a base. É uma base muito leal à tecnologia”, completou.

Segundo o executivo, até o final deste ano estarão implementados todos os sistemas para compor-

tar o acordo de compartilhamento de rede com a Vivo, acordo este que tem duração de cinco anos.

Orbegoso reiterou o interesse da empresa em adquirir a frequência de 1,8 GHz de São Paulo, que foi retomada pela Anatel depois da inadimplência da Unicef, para oferecer também a tecnologia 4G no estado.

Ele está bem otimista com o desempenho da operação brasileira – que cresceu cinco vezes na 3G em relação ao ano passado. E defende o papel da Anatel de continuar a preservar a competição. Acha que o mercado brasileiro comporta perfeitamente cinco empresas.

Quanto à migração das frequências de trunking da Nextel para a o celular, decisão que está para ser tomada pela Anatel, o executivo salienta que esta migração está prevista há vários anos, e que precisa ser concretizada, pois será melhor para o usuário. E lembra que, se a empresa não vai pagar nada pela frequência, como reclamam as operadoras de celular, passará a ter custos muito maiores para seguir as normas do SMP.



10/12/2014 - CUT

# Taxa de desemprego mantém estabilidade

Índice ficou em 6,8% no terceiro trimestre deste ano

A taxa de desemprego no país ficou em 6,8% no terceiro trimestre deste ano, mostrando estabilidade em relação ao segundo trimestre de 2014 (6,8%) e ao terceiro trimestre do ano passado (6,9%). Os dados divulgados nesta terça (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), a pesquisa de emprego do IBGE que abrange todo o país a cada três meses, enquanto a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) investiga as seis principais regiões metropolitanas.

De acordo com o levantamento, o nível de ocupação no período investigado foi 56,8%, também permanecendo estável na comparação com o segundo trimestre deste ano (56,9%) e com o terceiro trimestre de 2013 (57,1%).

Entre os meses de julho e setembro deste ano, a pesquisa apontou 6,7 milhões de desempregados no país, contra 6,8 milhões no segundo trimestre do ano, o que significou queda de 1,4% na população desocupada. A Região Nordeste foi a que apresentou a maior taxa de desemprego (8,6%) e a Região Sul ficou com a menor taxa, 4,2%.

No período apurado, o desemprego de jovens entre 18 e 24 anos de idade foi 15,3%, bem acima da média total de 6,8%. De acordo com o IBGE, o comportamento foi verificado em todas as cinco re-

giões do país, com destaque para o Sul (10,2%) e o Nordeste (19,1%). Entre as pessoas com idade entre 25 e 39 anos e de 40 a 59 anos, o desemprego foi 6,4% e 3,4%, respectivamente.

A Pnad Contínua do terceiro trimestre de 2014 confirmou que das 92,3 milhões de pessoas ocupadas (69,8%), o número de trabalhadores por conta própria (23,3%) é maior que o de empregados (4,1%) e o de trabalhadores familiares auxiliares (2,8%). A maior concentração daqueles que trabalham por conta própria foi verificada nas regiões Norte (30,2%) e Nordeste (29,4%).

Entre os trabalhadores do setor privado, 78,1% tinham Carteira de Trabalho assinada, o que, segundo o IBGE, representou avanço de 2,7 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2012. Também houve aumento do número de trabalhadores com carteira assinada em todas as regiões, na comparação com o terceiro trimestre de 2013. As maiores taxas ocorreram no Norte (65,6%) e no Nordeste (63,0%).

Em relação ao gênero, a Pnad Contínua mostra que o Norte apresentou a maior diferença na contratação de homens (71,0%) e mulheres (43,1%), no terceiro trimestre de 2014. A Região Sul ficou com a menor diferença, sendo 71,2% para os homens e 51,8% para as mulheres.



11/12/2014 - Altamiro Borges

## Bolsonaro: entre a punição e o prêmio

Há um grupo de oportunistas que descobriu há algum tempo que a espetacularização costuma garantir bons frutos políticos, mesmo quando ela se conecta com o que há de mais bizarro e, inclusive, criminoso. Por muito tempo no Brasil isso foi conhecido como o voto Cacareco. O coitado do Cacareco nem tem muita coisa a ver com isso na verdade.

Aliás, vale a pena conhecer essa história. Em 1959, um simpático rinoceronte foi “lançado” candidato a vereador em São Paulo e teve quase 100 mil votos. Foi a forma que eleitores encontraram para protestar contra o que consideravam o baixo nível dos candidatos reais.

Mas há outros casos tão famosos quanto. Por exemplo, o do Macaco Tião, que era famoso por atirar alimentos nos visitantes do Zoológico do Rio, e que foi lançado candidato pela turma do Casseta Popular, em 1988, pra prefeito do Rio de Janeiro e obteve 400 mil votos. Nem Cacareco e nem Tião assumiram seus mandatos. Era época do voto em cédulas e essas opções não se consumavam.

Mas há casos em que pessoas fizeram o discurso da antipolítica e de alguma forma se deram bem. Cicciolina, a atriz pornográfica italiana que se elegeu mostrando os seios, é dessa mesma safra. Tiririca também. Se elegeu como palhaço e agora se reelegeu porque de alguma forma levou mais a sério o mandato de que muitos dos seus pares.

Na votação em urna eletrônica, votar em cacarecos ou macacos Tião não é possível. Ou você anula o voto ou busca um candidato que tenha essas características para protestar. Ou ainda, procura alguém que você acha que pareça a antítese do modelo vigente. E ao que parece é neste espaço que um Bolsonaro deita e rola.

O deputado pepista que se elegeu como o mais votado do Rio de Janeiro representa não só os

saudosos dos tempos obscuros da ditadura militar, como também uma parcela da população que acha todos os políticos iguais. E aí, ele que ataca a todos e a própria instituição que representa, passa ser opção.

É evidente que isso não explica o fenômeno inteiro, porque Marco Feliciano se elegeu com imensa votação fazendo um discurso contra a população LGBT e sem defender a ditadura militar ou ameaçar um colega de estupro, como Bolsonaro. Mas se conectou a partir desse discurso com os setores mais conservadores.

Sim, os conservadores e ultraconservadores existem e precisam ser representados no processo democrático.

A questão é que quando os grupos que lhe combatem acabam dando muito destaque aos seus discursos, numa sociedade de circulação de informação rápida e abundante, isso pode acabar se tornando um prêmio muito mais do que uma punição. Mais gente que pensa como Bolsonaro e Feliciano vai lhes premiar com votos na próxima eleição. É isso o que tem acontecido nos últimos tempos com esse tipo de personagem político.

Mas então devemos ficar todos quietos com as estapafúrdias declarações desses meliantes políticos que chegam a fazer apologia ao estupro, por exemplo. Evidente que não. Este é um caso que deveria ser tratado como exemplar. Ao invés de fazer muito barulho contra o deputado milico-bandido (sim, milico-bandido, porque o sujeito é capitão e fez apologia ao estupro), as organizações feministas deveriam fazer de tudo para puni-lo judicialmente e no Legislativo. A cassação de Bolsonaro neste caso é algo absolutamente justificável.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2014/12/bolsonaro-entre-punicao-e-o-premio.html>



10/12/2014 - Carta Maior

## OCDE: Desigualdade nunca foi tão grande nos países ricos

**Relatório mostra que o aumento da desigualdade afeta as economias dos países membros e que políticas redistributivas não prejudicam o crescimento.**

A desigualdade entre ricos e pobres alcançou o seu maior nível em 30 anos, nos países da OCDE, uma tendência que tem prejudicado o crescimento económico, aponta o novo relatório que abrange os seus 34 países-membros.

"Hoje, os 10% da população mais rica da OCDE ganha 9,5 vezes o rendimento dos 10% mais pobres; em 1980 esta relação era de 7 para 1 e tem aumentado continuamente desde então", afirma a entidade.

A OCDE integra países desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo membros da União Europeia, os Estados Unidos, Turquia, México e Japão. A China, o Brasil e a Índia não integram a organização.

A relação do rendimento médio entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres "chega a cerca de 10 para 1 na Itália, Japão, Coreia do Sul, Portugal e Reino Unido; 13 a 16 para 1 na Grécia, Israel, Turquia e Estados Unidos, e 27 a 30 para 1 no México e no Chile". Nas décadas anteriores à crise económica mundial, o rendimento médio das famílias cresceu em todos os países da OCDE cerca de 1,6% ao ano. "No entanto, em três quartos das famílias que estão entre as 10% mais ricas dos países da OCDE os rendimentos cresceram mais rapidamente do que os das 10% mais pobres, resultando num aumento da desigualdade de rendimento", diz o relatório. Na Alemanha, a distância entre ricos e pobres também vem aumentando desde meados dos anos 1980. Os 10% mais ricos do país ganhavam, então, cinco vezes mais do que os 10% mais pobres. Agora, os 10% mais ricos ganham sete vezes mais.

### Desigualdade e distribuição de rendimento

O relatório argumenta que o aumento da desigualdade afeta negativamente as economias dos países membros, tendo custado mais de 10 pontos percentuais do crescimento económico no México

e na Nova Zelândia. "Nos Estados Unidos, Reino Unido, Suécia, Finlândia e Noruega, a taxa de crescimento teria sido mais de um quinto maior, se as disparidades de renda não tivessem sido ampliadas", diz o estudo.

Ao mesmo tempo, de acordo com estimativas da OCDE, uma maior igualdade ajudou a aumentar o PIB per capita de Espanha, França e Irlanda, antes da crise económica. O relatório pede que sejam adotados programas de combate à pobreza, assim como uma melhoria no acesso à educação de alta qualidade, formação profissional e saúde.

"O estudo também não encontrou evidências de que as políticas redistributivas, como impostos e benefícios sociais, prejudiquem o crescimento económico, desde que essas políticas sejam bem planeadas, direcionadas e implementadas", afirmou a OCDE, no comunicado que acompanhou a divulgação do relatório.

"A nossa análise mostra que só podemos esperar crescimento forte e duradouro se fizemos algo para combater a grande e crescente desigualdade", argumentou o secretário-geral da OCDE, Anjo Gurría.

### Resultados escolares

Segundo a OCDE, o impacto negativo das desigualdades sobre o crescimento decorre do hiato que separa os 40% com rendimento mais modesto do restante da população. Os salários baixos limitam o investimento das famílias em educação, comprometendo a mobilidade social e o desenvolvimento das competências individuais. Para a OCDE, os resultados escolares dos filhos de pais pouco instruídos deteriora-se à medida em que as desigualdades de rendimento são mais pronunciadas. O relatório considera válido utilizar os impostos e mecanismos de distribuição de rendimento para combater as desigualdades, sem prejuízo ao crescimento.